



GLOSSÁRIO BSM



Janeiro de 2026
versão 1.4



BSM Supervisão de Mercados

A BSM Supervisão de Mercados (“BSM”) é a entidade responsável por prestar os serviços de autorregulação, supervisão e fiscalização para mercados administrados pela B3 ou por qualquer outra entidade administradora ou infraestrutura de mercado que escolha a BSM como prestador desses serviços.

Para preservar a integridade do mercado e proteger os investidores, a BSM atua em três pilares:

Conhecimento e orientação

Guia o mercado para a adoção das melhores práticas em seus processos e controles internos, além de compartilhar conhecimento sobre práticas voltadas ao regular funcionamento do mercado.

Integridade do mercado

Monitora operações, ofertas e negócios nos mercados em que é responsável por fazer a supervisão. Faz a auditoria dos Participantes da B3 e atua ao lado desses Participantes para coibir práticas irregulares.

Proteção do investidor

Administra o MRP, o Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos, que pode ser acionado quando o investidor se sentir prejudicado pela ação ou omissão de um Participante na intermediação de negociações com valores mobiliários em mercado de Bolsa e em mercados organizados de balcão para Derivativos com Contraparte Central (CCP), e nos serviços de custódia.

Glossário da BSM Supervisão de Mercados

Os termos do presente Glossário são utilizados nas atividades de autorregulação, fiscalização e supervisão da BSM e respectivos normativos, dentre eles:

- Estatuto Social;
- Normas de Supervisão;
- Notas de Orientação;
- Regimento Interno do Conselho de Autorregulação;
- Regulamento do Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos - MRP; e
- Regulamento Processual; e
- Resoluções do Conselho de Autorregulação.

Para os efeitos do presente Glossário, os termos abaixo terão o significado aqui referido, independentemente de serem utilizados na sua forma singular ou plural, ou por qualquer indicativo de gênero.

Ademais, o presente Glossário não tem o propósito de alterar ou substituir as definições contidas na legislação e Regulamentação vigentes.

TERMO	DEFINIÇÃO
ABR	Abordagem baseada em risco.
Acusação	Parte responsável pela formulação da acusação em Processo Administrativo Disciplinar.
Acusado	Pessoa física ou jurídica em face da qual o Processo Administrativo Disciplinar é instaurado pela BSM.
Administrador de Fundo de Investimento	A pessoa jurídica legalmente constituída para representar, contratar e/ou outorgar poderes em nome de Fundo de Investimento.
Advertência	Penalidade aplicável pela BSM, prevista no Regulamento Processual da BSM.
Admissão de Participante	Processo mediante o qual a Entidade Administradora de Mercado Organizado autoriza pessoa jurídica, fundo ou veículo de investimento a operar em mercado por ela administrado.
Agente de Custódia	Participante detentor de autorização de acesso para custódia na central depositária, de acordo com as regras e procedimentos de acesso específicos.
Agente de Depósito	Participante que presta serviços relacionados a Ativos Depositados, com as atribuições específicas estabelecidas no Regulamento do Balcão B3.
Agente de Liquidação	O Participante, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, titular de Conta de Liquidação junto ao Banco Central do Brasil, credenciado

	junto à B3 para prestar serviços de liquidação financeira.
Agente de Registro	Participante detentor de Direito de Acesso aos Subsistemas de Registro, de Depósito Centralizado e de Compensação e Liquidação. Atua no cadastramento dos Ativos Registrados de sua emissão ou pelos quais tenha obrigação de pagamento ou por ele ingressados no Subsistema de Registro, nos termos do Regulamento do Balcão B3.
Agravantes	Circunstâncias que, quando presentes, podem majorar a penalidade a ser aplicada ao Defendente, nos termos do Regulamento Processual da BSM.
Alavancagem	A alavancagem em bolsa de valores é um mecanismo que permite a utilização de recursos na forma de limite concedido pela corretora ao Cliente, com base nos critérios de cada instituição relacionados à capacidade de pagamento do Cliente, com o objetivo de potencializar os ganhos em um investimento.
Alerta de Atipicidade	Alerta parametrizado pela BSM em seus sistemas de supervisão para identificação de situações atípicas com indícios de irregularidades, quebra de regras ou padrões operacionais.
Análise Preliminar de Indícios de Irregularidade	Meio pelo qual a BSM procede a apuração de indícios de irregularidades identificados em suas rotinas de supervisão e fiscalização, bem como em Denúncias recebidas, não

	configurando Acusação a quem nela estiver envolvido.
Assessor de Investimento	Pessoa natural ou jurídica registrada perante a CVM para realizar, sob a responsabilidade e como Preposto de intermediário integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, as atividades de prospecção e captação de clientes, recepção e registro de ordens e transmissão dessas ordens para os sistemas de negociação ou de registro cabíveis, na forma da regulamentação em vigor; e prestação de informações sobre os produtos oferecidos e sobre os serviços prestados pelos intermediários em nome dos quais atue.
Assessoria Jurídica do Conselho de Autorregulação	Estrutura de assessoramento jurídico própria do Conselho de Autorregulação em matérias relacionadas às suas atribuições e responsabilidade regulatórias, autorregulatórias e estatutárias.
Associado Mantenedor	Entidade Associada responsável por prover os recursos necessários para o exercício das atividades da BSM.
Associados	Entidades vinculadas à BSM por meio de vínculo associativo.
Ata de sessão de deliberação do Conselho de Autorregulação	Registro formal de fatos verificados e deliberações tomadas em sessão do Conselho de Autorregulação da BSM designada para julgamento de Processo Administrativo Disciplinar ou para apreciação de Termo de Compromisso.

Ativo Cetipado	O valor mobiliário depositado, o ativo financeiro depositado e/ou demais ativos assim definidos em normas do Balcão B3.
Atenuantes	Circunstâncias que, quando presentes, podem diminuir a penalidade a ser aplicada ao Defendente, nos termos do Regulamento Processual da BSM.
Auditoria de <i>Follow-Up</i>	Auditoria realizada para verificar o cumprimento dos planos de ação apresentados pelos Participantes, em razão de apontamentos feitos em auditorias, medidas de <i>Enforcement</i> aplicadas ou por conta da celebração de termos de compromisso, nos termos do Regulamento Processual da BSM.
Auditoria Específica	Auditoria realizada para verificar um tema ou uma regra em particular, ou para apurar indícios de irregularidades verificados em processos de MRP, PAD, Denúncias, Auditorias Regulares ou outros procedimentos conduzidos pela BSM.
Auditoria Indireta	Auditoria realizada a partir de dados e informações encaminhadas periodicamente pelos Participantes para a BSM, por meio de testes internos.
Auditoria Pré-Operacional	Auditoria realizada conforme regras da B3. Considera requisitos operacionais e tecnológicos relacionados às atividades desempenhadas pela instituição requerente de pedido de autorização de acesso.
Auditoria Regular	Auditoria realizada para avaliar detalhadamente, conforme a metodologia constante do Roteiro

	<p>de Testes, os processos e controles internos dos Participantes, de modo a assegurar que todas as operações e práticas das instituições estejam em estrita conformidade com as normas e regulamentações estabelecidas pelos reguladores e B3.</p>
Autorregulação	<p>Estrutura da Entidade Administradora de Mercado Organizado encarregada de fiscalizar e supervisionar (i) as operações cursadas nos mercados organizados de valores mobiliários que estejam sob sua responsabilidade; (ii) as atividades de organização e acompanhamento de mercado desenvolvidas pela própria Entidade Administradora de Mercado Organizado; e (iii) os Participantes, bem como os seus administradores, funcionários e Prepostos.</p>
Banco B3	<p>Sociedade anônima fechada, na condição de banco comercial singular com carteira de câmbio, controlada integralmente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e concebido para ser instrumento de suporte operacional aos Participantes dos mercados por ela administrados.</p>
Banco Liquidante	<p>O Participante banco titular de Conta Reservas Bancárias junto ao Banco Central do Brasil, credenciado junto à B3 para atuar como Banco Liquidante Principal, como Banco Liquidante Secundário e/ou como Banco Mandatário.</p>

Banco Mandatário	O Banco Liquidante ou o Agente de Liquidação indicado para emissão de Nota Comercial de Distribuição Pública pelo correspondente Emissor, com as atribuições definidas no Regulamento do Balcão B3 e no Manual de Normas de Certificado de Colocação Privada, de CR de Distribuição Pública, de CRA de Distribuição Pública, de CRI de Distribuição Pública, de Debênture e de Nota Comercial.
Best execution	Regime de melhor execução de ordens, visando a mitigar conflitos de interesses que possam surgir na execução pelos intermediários, assegurando que as ordens serão executadas no melhor interesse e nas melhores condições para os clientes.
BSM	BSM Supervisão de Mercados, pessoa jurídica de direito privado sem finalidade lucrativa, responsável pelo exercício das funções de autorregulação dos mercados organizados, sujeito à sua competência regulatória ou contratual.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sociedade de capital aberto, listada no segmento Novo Mercado, administradora de mercados organizados de títulos e valores mobiliários, prestadora de serviços de depositária central, registro, compensação e liquidação, além de custódia, fungível e infungível de mercadorias, de títulos e de quaisquer outros ativos físicos e financeiros, dentre outras atribuições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários,

	pelo Banco Central do Brasil e por seu Conselho de Administração.
Cadastro de Acesso	Cadastro simplificado aprovado, em caráter experimental, pela CVM para novos investidores do mercado de capitais.
Call de mesa	Expressão utilizada pelo mercado para designar a negociação, fora dos mercados administrados pela B3, de valores mobiliários, em que participem intermediários, operando carteira própria ou por conta de clientes e/ou investidores e, cumulativamente haja interação competitiva entre ofertas de compra e de venda, para a definição de quantidade e preço de valor mobiliário.
Câmara B3/Clearing	Centrais de compensação e liquidação que atuam como contraparte central e realizam o registro, aceitação, compensação, liquidação e gerenciamento do risco de contraparte de operações do mercado de derivativos financeiros, de <i>commodities</i> e de renda variável, dos mercados à vista de ouro, de renda variável e de renda fixa privada, realizadas em mercado de bolsa e em mercado de balcão organizado, bem como de operações de Empréstimo de Ativos.
Câmara Consultiva de Mercado da BSM	Canal de interlocução, colaboração e construção propositiva entre a BSM e os Participantes, que tem como objetivo manter um canal permanente de discussão acerca das atividades de autorregulação com os participantes da Entidade Administradora de Mercado Organizado.

Capacidade Econômica	Circunstância que pode ser considerada pelo julgador na Dosimetria da pena, para fins de redução do valor da penalidade de Multa, mediante solicitação e comprovação, pelo Defendente, anteriormente ao julgamento da sua impossibilidade de arcar com o respectivo valor integral, nos termos do Regulamento Processual da BSM.
Carta de Alerta	Instrumento de <i>Enforcement</i> por meio do qual o Diretor de Autorregulação determina que seja cessada e/ou evitada a Recorrência de uma prática irregular, bem como seja eventualmente adotado Plano de Ação para regularizar os pontos indicados na Carta de Alerta.
Carta de Recomendação	Instrumento de <i>Enforcement</i> por meio do qual o Diretor de Autorregulação recomenda o aprimoramento de condutas, regras, procedimentos e/ou controles internos, bem como seja eventualmente adotado Plano de Ação para aprimorar os pontos indicados na Carta de Recomendação.
CCP (Contraparte Central)	Posição assumida pela B3, mediante novação, segundo a qual se torna compradora de todo vendedor e vendedora de todo comprador, tomadora de todo doador e doadora de todo tomador e garantidora das operações aceitas, exclusivamente perante os participantes, na liquidação das respectivas obrigações.

Certidão	Documento processual emitido pela BSM, no qual se certifica algo relativo à Solicitação de MRP.
Churning	Prática irregular que consiste na realização de negociações excessivas, a partir do controle exercido sobre recursos de terceiros, com o objetivo de gerar maiores receitas de corretagem e comissões.
Cliente	Investidor que mantém relacionamento comercial direto com Participante.
Cliente Final/Comitente Final	Pessoa física ou jurídica, fundo ou veículo de investimento ou qualquer entidade semelhante, no Brasil ou no exterior, em nome do qual são efetuadas operações.
Colaborador	Pessoa física que realiza atividades profissionais com vínculo direto com o Participante, desempenhando funções específicas e contribuindo para suas operações e objetivos.
Compensação	O processo que envolve a apuração individual da Posição líquida (créditos menos débitos) de Participante em instituição liquidante.
Compromitente	Pessoa física ou jurídica que encaminhe proposta ou celebre Termo de Compromisso com a BSM.
Comunicação	Procedimento pelo qual o Participante informa a CVM e a BSM sobre a identificação de situações de atipicidades, fraudes e operações com indícios de irregularidade no mercado de valores mobiliários, em mercados

	<p>de bolsa e balcão organizado. Este é um dever do Participante, conforme a RBCM 35 e o Ofício-Circular nº 1/2024/CVM/SMI, que estabelecem a obrigatoriedade de notificação simultânea à CVM e à BSM. As comunicações devem ser enviadas à CVM, por meio do seu serviço de Protocolo Digital, e à BSM, por meio do Portal BSM.</p>
Conselheiro	Membro do Conselho de Autorregulação da BSM.
Conselheiro Independente	Conselheiro que não mantém vínculo com a Entidade Administradora de Mercado Organizado, sua controladora direta ou indireta, controladas ou sociedade submetida a controle comum direto ou indireto; administrador da Entidade Administradora de Mercado Organizado, sua controladora direta ou indireta, ou controlada; participante da Entidade Administradora de Mercado Organizado; e sócio detentor de 5% (cinco por cento) ou mais do capital votante da Entidade Administradora de Mercado Organizado. Considera-se vínculo: relação empregatícia ou decorrente de contrato de prestação de serviços, com existência no prazo de até 1 (um) ano antes da posse, profissionais permanentes que possa conduzir à perda de independência; a participação direta ou indireta, em percentual igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital total ou do capital votante; ser cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau; ou a participação remunerada em qualquer órgão administrativo, consultivo, fiscal ou

	<p>deliberativo. Não é considerado vínculo a participação em órgão administrativo ou fiscal na qualidade de membro independente, nos termos da Resolução CVM nº 135.</p>
Conselheiro Não Independente ou Conselheiro Vinculado	Conselheiro que mantém vínculo com a Entidade Administradora de Mercado Organizado, sua controladora direta ou indireta, controladas ou sociedade submetida a controle comum direto ou indireto, ou administrador da entidade administradora, sua controladora direta ou indireta, ou controlada, pessoa autorizada a operar em seu mercado.
Conselho de Administração da B3	Órgão colegiado deliberativo de administração da B3, responsável, dentre outras competências, pela orientação geral dos negócios da companhia e de suas controladas.
Conselho de Autorregulação	Órgão colegiado deliberativo de Autorregulação e supervisão da BSM, referido como Conselho de Autorregulação no âmbito da Resolução CVM nº 135, com atribuição definida pela Resolução CVM nº 135, Estatuto Social da BSM e Regimento Interno do Conselho de Autorregulação da BSM. O Conselho de Autorregulação da BSM tem como atribuição, dentre outras competências, a de supervisionar as atividades da BSM, julgar processos administrativos disciplinares instaurados, julgar as propostas de termos de compromisso apresentadas no âmbito da atividade de <i>Enforcement</i> , julgar Recursos contra penalidade aplicada pelo Diretor de Autorregulação,

	determinar a aplicação de penalidades, julgar Recursos apresentados no âmbito do MRP e aprovar normas regulamentares e relatórios periódicos exigidos pela Regulamentação vigente.
Consulta	Questionamento formulado, sem a adoção do procedimento formal da Consulta ao Diretor de Autorregulação, pelo Participante à Equipe Técnica da BSM, abrangendo aspectos regulatórios sob sua fiscalização, bem como as expectativas de diligência que os Participantes devem cumprir. As Consultas não vinculam o entendimento futuro da BSM sobre o tema.
Consulta ao Diretor de Autorregulação	Consulta direcionada ao Diretor de Autorregulação da BSM para esclarecimento de dúvidas específicas sobre aspectos regulatórios sob sua supervisão e sobre as expectativas de cumprimento dessas normas. A Consulta deve abordar situações concretas, excluindo a interpretação geral de normas. As respostas fornecidas vincularão decisões futuras do Diretor sobre os mesmos fatos, podendo ser revistas diante de novas circunstâncias. Além disso, as orientações consideradas relevantes para outros Participantes, em situações semelhantes, poderão ser publicadas no site da BSM. Não são consideradas Consultas ao Diretor de Autorregulação, para os fins do Regulamento Processual BSM, meras dúvidas ou consultas formuladas à Equipe Técnica por e-mail ou telefone.

Conta de Liquidação	Conta mantida por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil que não seja instituição financeira bancária ou caixa econômica, destinada ao registro, em moeda nacional, das disponibilidades nele mantidas e das movimentações no STR.
Conta de Liquidação do Sistema do Balcão	Conta mantida pela B3 no STR do Banco Central do Brasil, para efeito de prestação de serviço auxiliar ao processo de liquidação financeira efetuado entre os Participantes.
Conta do Cliente	A conta mantida pela B3 no STR do Banco Central do Brasil, para efeito de prestação de serviço auxiliar ao processo de Liquidação Financeira efetuado entre os Participantes, destinada: a) ao registro, dentre outras informações, das relativas aos ativos registrados de titularidade de Cliente no Sistema do Balcão B3, das relativas às operações com Ativos Registrados das quais o Cliente seja parte e aos débitos e créditos resultantes dessas operações; e b) à manutenção dos ativos depositados de titularidade de Cliente e das informações relativas às operações com ativos depositados das quais o Cliente seja parte e aos débitos e créditos resultantes dessas operações.
Conta Máster	Conta mantida na Câmara B3/ <i>Clearing</i> que agrupa contas registradas sob o mesmo Participante de Negociação Pleno ou Participantes de Liquidação, de comitentes que possuem vínculo

	<p>específico entre si, como o de gestão comum ou o de representação pelo mesmo intermediário internacional que esteja autorizado a realizar tais atividades.</p>
Conta Própria	<p>Conta destinada: a) ao registro, dentre outras informações, das relativas aos ativos registrados de titularidade de Participante, das relativas às operações com ativos registrados das quais seja parte e aos débitos, créditos ou movimentações resultantes dessas operações; e b) à manutenção dos ativos depositados de titularidade do Participante e das informações relativas às operações com ativos depositados das quais seja parte e aos débitos, créditos ou movimentações resultantes dessas operações.</p>
CVM	<p>Comissão de Valores Mobiliários, autarquia federal com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, autonomia financeira e orçamentária, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, criada pela Lei nº 6.385, em 7 de dezembro de 1976, com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil.</p>
Day Trade	<p>Operações de compra e de venda de um mesmo ativo, realizadas em uma mesma data de negociação, por um mesmo participante e em uma mesma conta de posição.</p>

Decadência	Perda do direito de exercício de um poder sobre terceiro, ocasionada pelo decurso de prazo estabelecido na norma aplicável ou convencionado entre as partes.
Decisão do Conselho de Autorregulação	Decisão proferida pelo Conselho de Autorregulação da BSM no âmbito de Processo Administrativo Disciplinar e Solicitação de MRP.
Decisão do Diretor de Autorregulação	Decisão proferida pelo Diretor de Autorregulação da BSM, no âmbito de Processo Administrativo Disciplinar e Solicitação de MRP.
Declaração de Proteção de Dados Pessoais	Documento que estabelece as diretrizes e práticas adotadas pela BSM em relação à coleta, uso, armazenamento e proteção das informações pessoais dos usuários. Esse documento visa a assegurar a privacidade e a segurança dos dados, informando os titulares sobre seus direitos e as medidas implementadas para garantir a conformidade com a legislação aplicável.
Defendente	Pessoa física ou jurídica que figure como parte no polo passivo de processos administrativos disciplinares conduzidos pela BSM.
Defesa	Peça processual elaborada pelo Defendente em resposta a Termo de Acusação em Processos Administrativos Disciplinares. O termo também se aplica à peça processual apresentada por Participante no âmbito de Processos de MRP.
Denunciante	Pessoa física ou jurídica que encaminha Denúncia à BSM.

Denúncia	Ato em que o Denunciante reporta à BSM indícios de irregularidades em mercados supervisionados pela BSM, por meio dos canais indicados em seu site.
Departamento de Autorregulação	Áreas técnicas da BSM, conjuntamente consideradas.
Derivativos	Instrumento que possui como referência ou tem como objeto subjacente valores mobiliários, ativos financeiros, índices, indicadores, taxas, mercadorias, moedas, energias, transportes, commodities ou qualquer outra variável.
Diretor de Autorregulação	Diretor responsável pela administração da BSM e condução de suas atividades, nos termos da regulamentação aplicável.
Diretor de Compliance	Diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas aplicáveis a um Participante, conforme estabelecido pela regulamentação da CVM.
Diretor de Controles Internos	Diretor estatutário responsável pela supervisão dos procedimentos e controles internos do Participante, conforme estabelecido pela regulamentação da CVM aplicável.
Diretor de Relações com o Mercado	Diretor estatutário do Participante indicado como responsável por todas as informações prestadas pela instituição à B3, bem como pela respectiva atualização de tais informações. É também responsável por assegurar o cumprimento das obrigações do Participante perante a B3 e por garantir que as comunicações, notificações e intimações da B3

	sejam efetivamente destinadas às áreas competentes.
Diretor Responsável do Assessor de Investimento	Pessoa natural devidamente credenciada e registrada na CVM como Assessor de Investimento e que seja diretor, sócio ou administrador da sociedade, responsável por assegurar o cumprimento das obrigações estabelecidas na RCVM 178.
DMA	DMA (Direct Market Access) ou Conexão Direta Patrocinada – Conexão utilizada exclusivamente por Comitente para registrar ofertas em nome próprio, sob responsabilidade de um Participante.
DNE	Diretoria de Negociação Eletrônica da B3.
Dosimetria da pena	Procedimento pelo qual o julgador, no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar, fixa a pena-base e aplica na sequência as circunstâncias Agravantes e Atenuantes, podendo considerar a Capacidade Econômica do Defendente, nessa ordem, nos termos do Regulamento Processual da BSM.
Efeito Suspensivo	Interrupção do cumprimento de decisão emitida no âmbito de Processo Administrativo Disciplinar em curso na BSM para apreciação e julgamento de Recurso, desde que apresentado nos termos do Regulamento Processual da BSM.

Ementa	Sumário dos principais fatos, argumentos e provas contidos em determinado Processo Administrativo Disciplinar, publicado por ocasião na decisão final do processo no âmbito da BSM.
Emissores	Emissores de valores mobiliários e ativos financeiros registrados, depositados e admitidos à negociação em mercados organizados por administradoras de mercados autorizadas a operar pela CVM.
Empréstimo de Ativos/BTB	Operação de mútuo de ativos, por determinado prazo e com o pagamento de taxa pelo tomador ao doador.
Enforcement	Atividade desempenhada pela BSM para apurar responsabilidades pelo descumprimento de normas cujo cumprimento lhe compete fiscalizar. A atividade de <i>Enforcement</i> pode contemplar a instauração de processos administrativos disciplinares, mas não se limita a isso, podendo também compreender recomendações, alertas entre outras medidas pré-processuais.
Entidade Administradora de Mercado Organizado (EAM ou EAMO)	Entidade autorizada a administrar Mercado Organizado de Valores Mobiliários.
Entidade Operadora de Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF ou IOSMF)	Entidade que realiza, cumulativa ou isoladamente, o processamento e a liquidação de operações, o registro e o depósito centralizado de valores mobiliários.
Escriturador	O Participante autorizado pela CVM a prestar serviços de

	escrituração de valor mobiliário escritural ou de título escritural objeto de distribuição pública e sujeito à competência da CVM.
Estatuto Social	Estatuto social da BSM. Documento de cunho societário, constitutivo e vinculante aos Associados, que regula a constituição e o funcionamento da associação, composto por um conjunto de regras que determinam competências e governança aplicável ao Diretor de Autorregulação, ao Conselho de Autorregulação, ao Departamento de Autorregulação e aos demais órgãos de governança.
Equipe Técnica	Estrutura técnica especializada da BSM, que inclui as superintendências e colaboradores dedicados às atividades de orientação, supervisão, fiscalização e <i>Enforcement</i> .
Família de Back	O Participante que atua no Sistema de Alocação e recebe as alocações finalizadas para efetuar: (i) o registro da operação no Selic ou (ii) a confirmação da Posição do ativo para registro de operação no Subsistema de Registro e no Subsistema de Depósito Centralizado.
Família de Front	O Participante que atua no Sistema de Alocação para efetuar as alocações dos Títulos Selic, Ativos Depositados e Valores Mobiliários Registrados.
Fiscalizar	Atividade da BSM de verificar a observância pelos Participantes das regras das entidades administradoras de mercado,

	normas de conduta, bem como da regulação vigente, com intuito de identificar violações, existência de controles ou comportamentos suscetíveis de colocar em risco o regular funcionamento do mercado, a sua transparência, integridade e credibilidade.
Fixação da pena-base	A primeira fase da Dosimetria da pena, que consiste na escolha da penalidade a ser aplicada ao Defendente, nos termos do Regulamento Processual da BSM.
Formador de Mercado	Instituição, devidamente cadastrada na B3, que se compromete a manter ofertas de compra e venda de forma regular e contínua durante a sessão de negociação, fomentando a liquidez dos valores mobiliários e Derivativos, facilitando os negócios e mitigando movimentos artificiais nos preços dos produtos.
Fundo de Investimento	O Participante fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio aberto ou fechado.
Gatilho Inferior de Contribuição	Valor do Patrimônio do MRP superior ao Limite Mínimo do Patrimônio, cujo atingimento motiva solicitação de contribuições adicionais mensais a todos os Participantes MRP, com objetivo de evitar que o valor do Patrimônio do MRP atinja o Limite Mínimo do Patrimônio.
Gatilho Superior de Contribuição	Valor do Patrimônio do MRP cujo atingimento motiva suspensão de contribuições adicionais mensais pelos Participantes MRP.
Gestor	O Participante que presta serviço de gestor, assim entendido a pessoa jurídica credenciada pela

	<p>CVM, podendo atuar também como administrador de carteira de valores mobiliários, para um ou mais Participantes.</p> <p>Participante que atua na Plataforma de Negociação de Balcão B3 detentor de Direito de Acesso à Plataforma de Negociação de Balcão B3 para Gestor. Também pode atuar como Agente de Registro, no Subsistema de Registro, para classe de cotas de FIDC exclusivamente para realizar o registro de direitos creditórios nos termos da regulamentação aplicável, conforme as disposições constantes das Normas do Balcão B3.</p>
Grupos de Trabalho	Reuniões entre as áreas técnicas da BSM e Participantes, membros da Câmara Consultiva de Mercado da BSM ou convidados, com o objetivo de realizar estudos, análises e discussões sobre temas relevantes à Autorregulação.
High Frequency Trader (HFT)	Investidor que opera grandes volumes de <i>Daytrade</i> , podendo ou não fazer uso de algoritmos automatizados para execução de suas ordens. Para fazer jus ao status de HFT, o investidor deve ser credenciado e atender às condições estabelecidas pela B3.
Inabilitação Temporária	Penalidade aplicável pela BSM aos Defendantes, prevista no Regulamento Processual da BSM.
Insider Trading	Prática irregular que consiste no uso de informações privilegiadas para obter lucros e vantagens no mercado financeiro.

Instância Recursal	Instância julgadora de reapreciação de decisões em Processo Administrativo Disciplinar, após interposição de Recurso por Defendente condenado pela Turma do Conselho de Autorregulação. É composta por, no mínimo, quatro Conselheiros com direito a voto, excluídos os Conselheiros que participaram do julgamento em primeira instância e aqueles enquadrados nas hipóteses de suspeição e impedimento, sendo, no mínimo, dois terços de Conselheiros Independentes.
Intermediário	Instituição habilitada a atuar como integrante do sistema de distribuição, por conta própria e de terceiros, na negociação de valores mobiliários nos mercados administrados pela B3.
Investidor Não Residente (INR)	Pessoa física ou jurídica, inclusive fundo ou outra entidade de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior e que investe no Brasil.
IP	Sigla de Protocolo de Internet. É a identificação, em rede local ou pública, do computador utilizado pelo Cliente e/ou pelo Operador.
KYC	<i>Know Your Client / Know Your Customer.</i> Processo de identificação e conhecimento do cliente, também chamado de Conheça seu Cliente.
Lastro	Direito creditório que respalda uma operação de balcão.

Latência	Tempo de processamento da Ordem dentro da infraestrutura ou sistema.
Latência interna esperada	Intervalo de tempo entre o recebimento da Ordem pelo Participante e o envio da Ordem para a B3, e entre o recebimento dos retornos dos <i>status</i> da Ordem pelo Participante e o envio ao investidor.
Layering	Prática irregular que tem como característica criar liquidez artificial no livro de ofertas, por meio da inserção de sucessivas ofertas de um lado do livro a preços melhores que a última oferta registrada, formando camadas de ofertas em níveis sucessivos de preços, sem propósito de fechar negócio, com o objetivo de atrair outros investidores para a negociação e executar negócios no lado oposto do livro.
Limite de Referência Máximo do Patrimônio	Valor do Patrimônio do MRP, com objetivo de servir de referência para cálculo do Gatilho Superior de Contribuição.
Limite de Risco Intradíário	Limite de exposição ao risco estabelecido pela Câmara para cada Participante de Negociação Pleno e Participante de Liquidação ou para um ou mais conjunto de contas sob sua responsabilidade.
Limite de Risco Pré-Negociação	Conjunto de limites de risco operacional a ser observado antes da inserção da oferta no livro central. Caso haja violação de um ou mais desses limites, a oferta é rejeitada, não sendo incluída no Livro Central de Ofertas da

	Entidade Administradora de Mercado Organizado.
Limite Mínimo do Patrimônio	Valor do Patrimônio do MRP a partir do qual será efetuada convocação imediata aos Participantes com autorização de acesso para negociação em mercado de bolsa da B3, grupos Renda Variável e Derivativos, Agentes de Custódia e os Participantes com o Direito de Acesso ao Subsistema de Registro para registro de Operações com Derivativo contratadas com Contraparte Central Garantidora, para promoção de aportes adicionais necessários à imediata recomposição do valor do Patrimônio do MRP, até o Gatilho Inferior de Contribuição.
Liquidação	O processo de extinção de obrigação por meio de seu cumprimento.
Liquidação Compulsória/Zeragem	Venda de ativos ou o encerramento de Posição pendente em nome do investidor pelo próprio intermediário, em função de débitos pendentes ou extração de limites de exposição a risco. O termo “compulsória” se refere ao fato de que não é o investidor que toma a decisão de vender ativos ou fechar Posição pendente, mas trata-se de atuação do intermediário, seguindo diretrizes previstas em suas políticas internas.
Livro Central de Ofertas	Ambiente em que são organizadas, de forma centralizada, as ofertas de compra e venda registradas no sistema de negociação da bolsa de valores.

Manifestação à Defesa	Réplica apresentada pela Acusação em Processo Administrativo Disciplinar e pelo Solicitante no âmbito de Processo de MRP.
Manifestação ao Relatório Técnico	Manifestação apresentada pela parte interessada a respeito do Relatório Técnico.
Manual de Acesso	Regulamenta a autorização de acesso, o depósito de garantias, bem como o processo de admissão ao sistema de negociação à Câmara, à Central Depositária, e Sistema de Registro e ao Sistema de Contratação de Empréstimo.
Manual de Risco	Documento que tem como objetivo apresentar o modelo e os processos de gerenciamento de risco adotados pelo intermediário, descrevendo a metodologia, os limites, os controles e o modelo de execução.
Medida Cautelar	Instrumento utilizado para determinar a Suspensão de prática considerada irregular ou qualquer outra medida que a BSM reputar indispensável para a preservação da higidez do mercado, identificada no âmbito de suas atividades de supervisão dos mercados organizados administrados pela B3.
Membro de Compensação	Participante detentor de autorização de acesso para liquidação perante a Câmara B3/Clearing, de acordo com as regras e procedimentos de acesso específicos da B3.

Mercado Organizado de Valores Mobiliários	Ambiente físico ou sistema eletrônico destinado à negociação ou ao registro de operações com valores mobiliários por um conjunto determinado de participantes, que atuam por conta própria ou de terceiros.
Mercados Regulamentados de Valores Mobiliários	Mercados organizados de bolsa e balcão e os mercados de balcão não organizados.
Mesa de Operações	Meio utilizado por Participante de Negociação Pleno ou Participante de Negociação para registrar ofertas, em nome próprio ou em nome de comitentes.
Módulo de Distribuição de Ativos (MDA)	O módulo destinado ao registro de colocação primária de Valor Mobiliário e de Certificado de Colocação Privada.
Módulo Voice	A subdivisão do Trader destinada ao registro de condições contratadas em Compra e Venda previamente realizada no mercado secundário.
Money Pass	Prática ilícita caracterizada pela realização de operações de compra e venda no mercado de valores mobiliários, acordadas previamente entre duas partes, com o objetivo de viabilizar a transferência de recursos entre elas de forma dissimulada.
Monitoramento Conjunto Contínuo de Dados (MC²D)	Processo de supervisão e análise sistemática de dados enviados por participantes do mercado, assegurando a conformidade com as regras e padrões estabelecidos, aplicável ao mercado listado e

	abrangendo diversas categorias de acesso.
Monitorar	Dever dos Participantes de monitorar as ofertas e operações em Mercados Regulamentados de Valores Mobiliários para coibir ilícitos nas transações sob sua responsabilidade.
MPO da Câmara B3	Manual de Procedimentos Operacionais da Câmara B3
MPO de Negociação da B3	Manual de Procedimentos Operacionais de Negociação da B3.
MRP	Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos da B3, constituído na forma da RCVM135, administrado pela BSM, com a finalidade exclusiva de assegurar aos investidores o ressarcimento de prejuízos, dentro do limite máximo estabelecido, decorrentes da ação ou omissão de seus participantes ou de administradores, empregados ou Prepostos de seus participantes, em relação à intermediação de operações realizadas em mercado organizado de bolsa, em mercados organizados de balcão para Derivativos com Contraparte Central, ou ao serviço de custódia de valores mobiliários
MRP Digital	Sistema eletrônico de acompanhamento e processamento de solicitações de ressarcimento de prejuízos.
Multa	Penalidade financeira aplicável pela BSM aos Defendentes, prevista no Regulamento Processual da BSM.

Natureza Econômica	Lista pré-definida de pessoas jurídicas habilitadas ao cadastramento como Participante, conforme Manual de Operações – Cadastro de Participantes.
Norma de Supervisão	Conjunto de regras emitidas pela BSM, nos termos do seu Estatuto Social, que complementam as determinações dos normativos regulamentares vigentes que competem à BSM supervisionar, com o objetivo de esclarecer a diligência e os procedimentos e controles mínimos que devem ser adotados e mantidos pelos Participantes para cumprimento de obrigações exigidas pelas normas regulamentares, além de definir a forma de supervisão pela BSM sobre o tema.
Normas Internacionais de Auditoria	Conjunto de normas internacionais emitidas pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA Global), que norteia a prática profissional de auditoria.
Nota de Orientação	Conjunto de orientações emitidas pela BSM, nos termos do seu Estatuto Social, com o objetivo de recomendar aos Participantes boas práticas para cumprimento das obrigações exigidas pelas normas regulamentares a que estão sujeitas e competem à BSM supervisionar.
NPA	Normas e Parâmetros de Atuação que constitui documento descriptivo do modelo de atuação e dos procedimentos adotados pelo Participante na realização de operações nos mercados administrados pela B3.

Notificação	Comunicação enviada pela BSM no âmbito de análises, solicitações ao MRP ou processos administrativos disciplinares.
Ocorrência	Evento hábil a gerar pedido de ressarcimento de prejuízos ao MRP.
Oferta Direta	A oferta direta é composta por oferta de compra e oferta de venda de determinado ativo ou derivativo registradas simultaneamente por um mesmo preço e pelo mesmo Participante de Negociação Pleno ou Participante de Negociação no ambiente de negociação, representando, simultaneamente, o comitente comprador e o comitente vendedor, nos termos da regulamentação aplicável.
Ofício de Arquivamento da Solicitação	Ofício emitido pelo Diretor de Autorregulação da BSM, ou por responsável pelos Processos de Ressarcimento na BSM, com a finalidade de determinar o arquivamento de Solicitação, nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento do MRP.
Ofício de Instauração	Peça processual de instauração do Processo de MRP, nos termos do Regulamento do MRP.
Ofício de Ressarcimento	Ofício por meio do qual a BSM encaminha ao Solicitante o cálculo do valor a ser ressarcido, nos casos de decisão definitiva de procedência ou parcial procedência do Processo de MRP.
OMC	Operações de mesmo comitente, são aquelas em que um investidor

	figura nas duas pontas (compra e venda) de determinada operação.
OMS	<i>Order Management System.</i>
Ônus da Prova	Obrigação de comprovar o que se alega, mediante apresentação de documentação comprobatória, sob pena de presumir-se verdadeira alegação contrária.
Operação Atípica	Transações que fogem dos padrões normais ou esperados de um determinado contexto, como em finanças, contabilidade ou operações comerciais. Se não adequadamente justificadas, elas podem representar indícios de atividades que não ocorrem regularmente ou características que as diferenciam das operações comuns.
Operador de Mercado	Pessoa física certificada e vinculada a um Participante. Atua em nome do Participante nos processos de recepção de ordens e envio de ofertas de comitentes, conforme regulamentação aplicável. Possui vínculo empregatício ou vínculo de Assessor de Investimento com um Participante e atua, necessariamente, na Mesa de Operações desse Participante.
Ordem	Ato prévio pelo qual o Cliente determina que um intermediário negocie ou registre operação com valor mobiliário, em seu nome e nas condições que especificar. No mercado de balcão organizado, trata-se de ato pelo qual um Participante (de Balcão) determina que um intermediário efetue uma Oferta em seu nome, em

	subsistema da Plataforma de Negociação do Balcão B3.
Ordem a mercado	Ato prévio pelo qual o Cliente determina que um intermediário negocie ou registre operação com valor mobiliário, em seu nome, com preço de mercado atual. A Ordem é executada pelo melhor preço disponível no momento em que é recebida.
Ordem limitada	Ato prévio pelo qual o Cliente determina que um intermediário negocie ou registre operação com valor mobiliário, em seu nome, com preço específico ou melhor. A Ordem só será executada se o preço de mercado atingir ou exceder o preço especificado pelo investidor.
Ouvidoria	Canal de atendimento instituído pelo Participante, conforme determinação da Regulamentação vigente, responsável por receber, registrar, analisar, instruir e responder a consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias sobre as atividades relacionadas ao mercado de valores mobiliários, que não tenham sido satisfatoriamente solucionadas pelos canais de atendimento habituais do Participante.
Parecer Jurídico em Processo de MRP	Documento emitido pelo Departamento de Autorregulação, no qual é formalizada opinião jurídica, não vinculante, a respeito do resarcimento de prejuízos requerido em Processo de MRP.
Participante	Pessoa jurídica, fundo ou entidade de investimento coletivo com autorização de acesso outorgada

	<p>pela Entidade Administradora de Mercado Organizado para operar nos ambientes ou sistemas de negociação, de registro de operações dos mercados organizados de valores mobiliários por ela administrados e de Empréstimo de Ativos.</p>
Participante de Liquidação	<p>Participante detentor de autorização de acesso para atuar no processo de compensação e liquidação, com acesso direto ao ambiente de contratação empréstimo e sem acesso direto ao ambiente de negociação administrado pela B3, devendo receber, via repasse, as operações realizadas no referido ambiente de negociação, e assumindo a responsabilidade pelas posições e liquidação de operações próprias ou de seus Clientes.</p> <p>Para o ambiente de listados, pessoa física, pessoa jurídica, fundo ou entidade de investimento coletivo com autorização de acesso outorgada pela B3.</p> <p>Detentor de direito de acesso ao Balcão B3, quando autorizado para utilizar o Sistema de Balcão B3 ou outro serviço, concedido pelo Presidente da B3 a pessoa jurídica, Fundo de Investimento, clube de investimento, investidor não residente que atenda requisitos legais e regulamentares vigentes, bem como àqueles estabelecidos no estatuto social da B3 no Regulamento do Balcão B3 e no Manual de Normas do Direito de Acesso ao Balcão B3.</p>
Participante de Negociação	<p>Participante detentor de autorização de acesso para a</p>

	intermediação de operações de comitentes e para a realização de operações próprias, acessando os ambientes de negociação e de contratação de empréstimo administrados pela B3 por meio de um Participante de Negociação Pleno. A liquidação de suas obrigações também ocorre por intermédio e sob a responsabilidade de um Participante de Negociação Pleno e um Membro de Compensação.
Participante de Negociação Pleno	Participante detentor de autorização de acesso para negociação, de acordo com as regras e procedimentos de acesso específicos da B3
Participante de Registro	Participante detentor de autorização de acesso para registro de ativos e operações em ambiente de registro, de acordo com as regras e procedimentos de acesso específicos.
Participante do Cliente	Participante detentor de Direito de Acesso para Cliente no: 1. registro dos Ativos Financeiros Registrados; Valores Mobiliários Registrados; e Operação com Derivativo sem Contraparte Central Garantidora de titularidade de seus Clientes e; 2. registro de operações com Ativos Financeiros Registrados, Valores Mobiliários Registrados e Operações com Derivativos sem Contraparte Central Garantidora das quais seus clientes sejam parte.
Participante MRP	Participantes com autorização de acesso para negociação em

	mercado de bolsa da B3, grupos Renda Variável e Derivativos, Agentes de Custódia e os Participantes com o Direito de Acesso ao Subsistema de Registro para registro de Operações com Derivativo contratadas com Contraparte Central Garantidora.
Patrimônio do MRP	<p>Patrimônio do Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos, que está constituído por:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) patrimônio incorporado do Fundo de Garantia mantido pela extinta Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”); b) patrimônio incorporado da reserva estatutária mantida pela extinta BM&FBOVESPA S.A., à época segregado, contabilmente, em suas demonstrações financeiras, sob a rubrica “Fundo de Garantia – <i>Clearing</i> de Derivativos”; e c) contribuições pagas pelos Participantes MRP, nos termos das regras de acesso e permanência da extinta Bovespa e BM&BOVESPA e, atualmente, da B3, bem como das regras da BSM.
PEP	Pessoa exposta politicamente nos termos da legislação vigente.
Perfil de Investimento	Classificação do Cliente com base em conjunto de características como situação econômico-financeira, objetivos de investimento, tolerância ao risco, conhecimento e experiência, operações realizadas, concentração de carteira, dentre outros, destinado à definição dos

	produtos e dos serviços compatíveis.
Pessoas Vinculadas	Administradores, funcionários, operadores e demais prepostos do intermediário que desempenhem atividades nas áreas de operações, compliance, risco, comercial e <i>back office</i> , assessores de investimentos vinculados contratualmente aos intermediários e demais profissionais que mantenham, com o intermediário, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional.
Plano de Ação	Proposta de ação apresentada pelo Participante com o objetivo de aprimorar condutas, regras, procedimentos e controles internos, e/ou corrigir práticas que não estejam em conformidade com as diretrizes e com a Regulamentação vigente.
Plano de Continuidade de Negócios	Plano escrito de ação que definem os procedimentos e sistemas necessários para dar continuidade ou restaurar a operação do mercado organizado em caso de interrupção de Processos Críticos de Negócios.
PLD/FTP	Prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.
Pleno do Conselho de Autorregulação	Instância julgadora composta pela integralidade dos Conselheiros com direito a voto.

Política de Aplicações Financeiras do Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos	Política que tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados na gestão das aplicações financeiras do MRP.
Portal BSM	Plataforma que centraliza a comunicação entre a BSM, os Participantes e demais instituições conectadas com a BSM.
Posição	Quantidade líquida de determinado ativo negociado no mercado a vista e a liquidar, de determinado instrumento de contrato derivativo ou de empréstimo, ou de determinada moeda estrangeira, registrada em uma conta.
Precedentes Qualificados	Entendimento pacificado sobre os assuntos abordados em decisões reiteradas proferidas em Processos de MRP pela Diretoria de Autorregulação e Pleno do Conselho de Autorregulação. Estão divididos em Temas Repetitivos e Súmulas.
Preclusão	Perda do direito de praticar um ato processual em virtude do não cumprimento de prazos ou condições estabelecidas na norma aplicável, bem como em função da prática desse ato, de modo inadequado ou incompleto.
Prejuízo	Valor a ser ressarcido ao Solicitante, caso a Solicitação preencha os requisitos de ressarcimento previstos em norma da CVM e sejam comprovados no Processo de MRP.
Prejuízo Alegado	Valor que o Solicitante pretende ter ressarcido, informado na

	Solicitação ao Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos.
Preposto	Pessoa física ou jurídica que atua em nome de Participantes.
Prescrição	Perda da pretensão pelo titular de um direito, ocasionada pelo decurso de prazo estabelecido na norma aplicável.
Presidente do Associado Mantenedor	Presidente da B3.
Presidente do Conselho de Autorregulação	Conselheiro assim escolhido dentre os Conselheiros Independentes do Conselho de Autorregulação, nos termos do Estatuto Social da BSM e do Regimento Interno do Conselho de Autorregulação.
Prestador de Serviço Relevante	Terceiros que prestam serviço relacionado aos Processos Críticos de Negócio e ao Plano de Continuidade de Negócios do Participante, nos termos da Regulamentação vigente.
Presunção de Veracidade	Estabelecimento da presunção de que, para certos fatos, a versão apresentada por uma das partes será considerada verdadeira, salvo se comprovação diversa for feita pela parte contrária.
Procedimento Simplificado	Procedimento aplicável para Solicitações ao MRP que versem sobre Tema Repetitivo, com a dispensa de elaboração de Parecer Jurídico, nos termos do Regulamento do MRP.
Processo Administrativo Disciplinar	Procedimento administrativo iniciado pelo Diretor de Autorregulação, no âmbito da BSM, destinado a apurar e punir

	infrações das normas que lhe incumbe fiscalizar.
Processo de MRP	Procedimento administrativo iniciado com a instauração da Solicitação, sendo enviada intimação para as partes sobre o ato.
Processo de Ressarcimento	Procedimento formal estabelecido para que um investidor possa solicitar o ressarcimento de prejuízos decorrentes de ação ou omissão de um Participante dos mercados organizados de valores mobiliários administrados pela B3, conforme diretrizes específicas definidas no Regulamento do MRP.
Processos Críticos de Negócio	Processos e atividades operacionais cuja interrupção ou indisponibilidade não programadas podem provocar impacto negativo significativo na operação normal dos mercados organizados.
Quote stuffing	Prática irregular que consiste em inserir um número elevado e incomum de ordens de compra ou venda, geralmente por parte de um High Frequency Trader, sobre um determinado ativo e, imediatamente, cancelá-las. Isso pode resultar em distorções de preços e falta de transparência no mercado.
RCVM	Resolução da Comissão de Valores Mobiliários.
Recorrência	Prática reiterada do mesmo apontamento em consecutivos Relatórios de Auditoria da BSM, sem a devida correção por parte do Defendente, refletindo a inadequada implementação de

	<p>regras e controles internos, bem como a não execução de um Plano de Ação previamente aprovado.</p>
Recurso	<p>Instrumento processual apresentado pelo Defendente com a finalidade de impugnação ou revisão de decisão proferida.</p> <p>No âmbito de Solicitações de MRP: solicitação de reapreciação de decisão de mérito do Diretor de Autorregulação formulada ao Pleno do Conselho de Autorregulação.</p> <p>No âmbito de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário: (a) solicitação de reapreciação de decisão de mérito da Turma do Conselho de Autorregulação, formulada à Instância Recursal, e (b) solicitação de reapreciação de Decisão do Diretor de Autorregulação que negar pedido de produção de provas, formulada à Turma do Conselho de Autorregulação.</p> <p>No âmbito de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário: solicitação de reapreciação de Decisão do Diretor de Autorregulação, formulada ao Pleno do Conselho de Autorregulação.</p>
Regimento Interno do Conselho de Autorregulação	Conjunto de normas que disciplina o funcionamento do Conselho de Autorregulação.
Regulamentação vigente	Legislação, regulação e autorregulação vigentes, bem como normas emitidas pela B3, conforme aplicável.

Regulamento de Acesso da B3	Estabelece as regras para a autorização de acesso por meio da qual seus requerentes se tornam participantes autorizados do sistema de negociação, da câmara, da central depositária, do sistema de registro e do sistema de contratação de empréstimo.
Regulamento do MRP	Conjunto de normas que disciplina o processamento das Solicitações de Ressarcimento de Prejuízos, nos termos da regulamentação aplicável
Regulamento Processual da BSM	Conjunto de normas que disciplina o Processo Administrativo Disciplinar e a aplicação das medidas de <i>Enforcement</i> dele decorrentes.
Reincidência	Circunstância de aumento da pena, que consiste no cometimento de nova infração pelo Defendente após ter sido punido por força de decisão administrativa condenatória definitiva no âmbito de Processo Administrativo Disciplinar na BSM, dentro do período de 5 (cinco) anos da respectiva punição. A reincidência pode ser específica ou não específica.
Reincidência específica	Ocorre quando a nova infração praticada é da mesma natureza ou tipo da infração pela qual o Defendente foi condenado administrativamente, de forma definitiva, no âmbito de Processo Administrativo Disciplinar da BSM, dentro do período de 5 (cinco) anos da respectiva punição.
Reincidência não específica	Ocorre quando a nova infração praticada possui natureza ou tipo diverso da infração pela qual o

	Defendente já foi condenado administrativamente, de forma definitiva, no âmbito de Processo Administrativo Disciplinar da BSM, dentro do período de 5 (cinco) anos.
Relator	Conselheiro responsável pela relatoria de julgamento em Processo Administrativo Disciplinar ou de Recurso apresentado em Solicitação de Ressarcimento de Prejuízos.
Relatório da Área Técnica	Documento contendo a análise de uma ou mais áreas técnicas do Departamento de Autorregulação da BSM.
Relatório de Auditoria	Documento que consolida os resultados de análises realizadas durante os trabalhos de auditoria pela BSM.
Relatório de Avaliação Interna de Risco (AIR)	Documento que apresenta a avaliação da BSM, acerca da orientação, supervisão, fiscalização e <i>Enforcement</i> no que se refere ao cumprimento das regras de PLD/FTP pelos Participantes.
Relatório Técnico	Relatório técnico elaborado pelas áreas do Departamento de Autorregulação da BSM, por solicitação do Diretor de Autorregulação ou do Relator do Processo de MRP, para subsidiar o julgamento ou o arquivamento da Solicitação de MRP.
Reposição ao MRP	A recomposição, pela Solicitada responsável, dos valores que forem consumidos do MRP. A recomposição deve ser promovida em dinheiro, após o trânsito em julgado do Processo de MRP, no

	prazo determinado pela BSM, conforme as regras do Regulamento do MRP.
Requisitos Econômicos e Financeiros	Critério financeiro para obtenção e manutenção de autorização de acesso aos mercados da B3, conforme disposto nas suas regras de acesso.
Resposta da Defesa à Manifestação da Acusação	Tréplica apresentada pelo Defendente em Processo Administrativo Disciplinar.
Resolução do Conselho de Autorregulação	Ato normativo do Conselho de Autorregulação que disciplina matéria de competência deste órgão.
Rito Ordinário	Conjunto de regras previstas no Regulamento Processual da BSM para disciplina dos atos de processos administrativos disciplinares da BSM.
Rito Sumário	Conjunto de regras previstas no Regulamento Processual da BSM para disciplina dos atos de processos administrativos disciplinares da BSM que envolverem infrações de natureza objetiva, tais como descumprimento do dever das pessoas vinculadas operarem por intermédio do Participante a que estiverem vinculadas; ausência de ordens identificada em Auditoria Regular, que extrapolam o percentual máximo de ausência de ordens divulgado pela BSM para objetivação de medida sancionadora; descumprimento de ordem de envio de documentos e informações solicitados pela BSM no âmbito do MRP; inobservância das obrigações de recomposição do fundo do MRP e de contribuição

	ao fundo do MRP; desatualização cadastral dos Clientes do Participante.
Rito Sumaríssimo	Conjunto de regras previstas no Regulamento Processual da BSM para disciplina dos atos de processos administrativos disciplinares da BSM por meio dos quais o Diretor de Autorregulação poderá aplicar a penalidade de Advertência, independentemente da apresentação de Termo de Acusação ou de outra Medida de <i>Enforcement</i> anterior, em situações expressamente definidas, quais sejam, em razão de irregularidades identificadas na Análise Preliminar de Indícios de Irregularidade, que não possuam impacto relevante ao mercado, expressividade de valores relacionado à conduta, expressividade de prejuízos diretos causados a investidores e/ou gravidade suficiente para instauração de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário ou sumário; descumprimento de Plano de Ação apresentado após Ofício, Relatório Técnico, Carta de Recomendação ou Carta de Alerta e que não haja impacto relevante ao mercado e/ou gravidade suficiente; ou nas hipóteses previstas para cabimento do Rito Sumário, se, diante das circunstâncias do caso concreto, o Diretor de Autorregulação repute que tal medida seja suficiente para tratamento da irregularidade.
RLP	A oferta <i>Retail Liquidity Provider</i> - RLP possibilita que a própria corretora, banco de investimento, banco múltiplo ou outro

	Participante contratado pela corretora seja a contraparte das ordens de compra e venda de títulos e valores mobiliários de seus clientes de varejo, trazendo maior liquidez aos clientes para realizarem suas negociações nos mercados operados pela B3.
Roteiro do PQO	Roteiro do Programa de Qualificação Operacional da B3.
Roteiro de Testes	Detalhamento do que é avaliado pela BSM nos processos auditados em Auditoria Regular, as análises que são feitas, os dados e as informações que podem ser solicitadas aos Participantes são disponibilizados no roteiro de testes de auditoria da BSM, que é enviado individualmente a cada ciclo de auditoria para os Participantes.
RPA	Regras e Parâmetros de Atuação que constitui documento descritivo do modelo de atuação e dos procedimentos adotados pelo Participante na realização de operações nos mercados administrados pela B3.
SAM	Superintendência de Acompanhamento de Mercado da BSM.
SAU	Superintendência de Auditoria da BSM.
SBR	Supervisão baseada em risco.
Secretaria do Conselho de Autorregulação	Equipe do Departamento de Autorregulação responsável pelas providências administrativas necessárias ao funcionamento do Conselho de Autorregulação, tais

	<p>como secretariar as reuniões, redigir as atas, expedir correspondências, responsabilizar-se pela guarda e manutenção em ordem do livro de atas de reuniões do Conselho de Autorregulação, expedir correspondências e convocações para reuniões, preparar e distribuir a documentação relativa à ordem do dia, entre outras atividades, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Autorregulação.</p>
Segmento Balcão Organizado	Mercado de títulos e valores mobiliários, podendo ser sem local físico definido para a realização das negociações, em sistema centralizado, bilateral, e multilateral de negociação que possibilite a interação de ofertas de compra e de venda e registro de operações previamente realizadas, que são realizadas entre as instituições participantes, com aplicação de regras e sob supervisão de uma entidade administradora de mercado. No Balcão B3, o Sistema do Balcão B3 compreende o Subsistema de Registro, o Subsistema de Depósito Centralizado, o Subsistema de Compensação e Liquidação, os subsistemas integrantes da Plataforma de Negociação do Balcão B3, o serviço computacional para ativos não submetidos a Registro ou a Depósito Centralizado e ao Módulo de Distribuição de Ativos – MDA.
Segmento Listado	Mercado que funciona regularmente como Sistema Centralizado e Multilateral de negociação e que possibilita o encontro e a interação de ofertas de compra e venda de ativos,

	Derivativos, mercadorias e moeda estrangeira. No Listado B3, a B3 administra uma única plataforma de negociação multiativos – o PUMA Trading System. O sistema congrega as operações com ativos de renda variável, renda fixa, Derivativos e commodities.
Sender Location	Campo utilizado para identificar a origem da operação no sistema de negociação.
Serviços Relevantes Prestados por Terceiros	Serviços essenciais diretamente relacionados aos Processos Críticos de Negócio.
SGP	Superintendência de Governança e Processos da BSM
SID	Superintendência de Inteligência e Dados da BSM.
Sistemas Críticos	Todos os computadores, redes e sistemas eletrônicos e tecnológicos que se vinculam aos Processos Críticos de Negócios e que diretamente executam ou indiretamente fornecem suporte a funcionalidades cujo mau funcionamento, ou indisponibilidade, pode provocar impacto significativo na operação normal do mercado organizado.
Sistema Centralizado e Multilateral	Sistema em que todas as ofertas relativas a um mesmo valor mobiliário são direcionadas a um mesmo canal de negociação, ficando expostas à aceitação e concorrência por todos os participantes autorizados a negociar no sistema.
Sistemas de Distribuição	Sistema que estabelece, com base em critérios previamente definidos em Resolução do Conselho de

	Autorregulação, o nome do Conselheiro que será designado Relator de processos administrativos disciplinares ou de MRP, bem como, conforme o caso, a identidade dos demais Conselheiros que integrarão a turma julgadora.
Sistemas Eletrônicos de Busca de Contrapartes	Sistemas que têm como finalidade a busca de clientes interessados na realização de operações de compra ou venda de valores mobiliários, que possam ser registradas na modalidade de “ofertas diretas” nos sistemas centralizados e multilaterais de negociação, mantidos pelas entidades administradoras dos mercados organizados.
Service Level Agreement (SLA)	O Acordo de Nível de Serviço é um documento que estabelece os níveis de serviço esperados, as responsabilidades de cada parte envolvida, os prazos e as métricas de desempenho a serem alcançados.
SJU	Superintendência Jurídica da BSM.
Solicitada	Pessoa que tenha atendido aos requisitos estabelecidos pela B3 para operar no mercado de bolsa administrado pela B3, e no Subsistema de Registro para registro de Operações com Derivativo contratadas com Contraparte Central Garantidora, para prestar os serviços de custódia inerentes a tais operações, na qualidade de Participante, em face de quem tenha sido apresentada a Solicitação ao MRP.

Solicitante	Pessoa física, pessoa jurídica ou, ainda, a universalidade de direito (tais como clube de investimento, condomínio ou espólio), que tenha contratado Participante autorizado a operar no mercado de bolsa administrado pela B3, e no Subsistema de Registro para registro de Operações com Derivativo contratadas com Contraparte Central Garantidora, para a prestação de serviços de intermediação de operações com valores mobiliários realizadas nesses mercados ou de serviços de custódia a elas inerentes, e que tenha apresentado Solicitação ao MRP.
Solicitação	Solicitação ao Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos formulada por investidor com o objetivo de obter ressarcimento de Prejuízo perante o MRP, nos termos do Regulamento do MRP e das normas aplicáveis.
Spoofing	Prática irregular que tem como característica a criação de liquidez artificial no Livro Central de Ofertas, por meio da inserção de ofertas de compra ou de venda com tamanho fora do padrão, com o objetivo de exercer pressão compradora ou vendedora no livro de ofertas e, com isso, atrair investidores para execução de ofertas constantes no lado oposto do livro. Após a realização dos negócios, as ofertas com tamanho fora do padrão são canceladas.
Squeezing	Prática irregular que envolve a manipulação de mercado, na qual um ou mais investidores artificialmente elevam o preço de

	valores mobiliários, com o objetivo de causar prejuízos a terceiros ou auferir benefícios indevidos para si ou outros Participantes do mercado.
Spread	A diferença de preço entre a melhor oferta de venda e a melhor oferta de compra de um ativo no Livro Central de Ofertas.
Stop Gain	Ordem de venda programada para ser disparada e encerrar uma Posição quando o ativo atingir o valor determinado pelo Cliente.
Stop Loss	Ordem de venda programada para ser disparada quando o ativo atingir o valor de perda determinado pelo Cliente.
STP	<i>Self Trade Prevention</i> , é uma funcionalidade disponibilizada no ambiente de negociação da plataforma eletrônica de negociação da B3, por meio da qual pode-se evitar o cruzamento com geração de negócios (<i>matching</i>) de ofertas de um mesmo Cliente em sentidos opostos e, desta forma, não ocasionar OMC.
STVM	Solicitação de transferência de custódia de valores mobiliários.
Subsistema de Compensação e Liquidação	Subsistema operacionalizado pela B3, no Balcão B3, destinado à prestação dos serviços de compensação e de liquidação.
Subsistema de Depósito Centralizado	Subsistema operacionalizado pela B3, Balcão B3, destinado ao Depósito Centralizado de Ativos Depositados e, quando for o caso, ao cálculo e processamento dos Eventos e das demais obrigações

	pecuniárias relativos aos Ativos Depositados.
Subsistema de Registro	Subsistema operacionalizado pela B3, no Balcão B3, destinado ao registro de ativos e de operações.
Suitability	Processo de verificação e adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do Cliente.
Súmula	<p>Enunciado que contém entendimento pacificado do Conselho de Autorregulação sobre determinado tema relacionado ao MRP, após reiteradas e uniformes decisões, com efeito vinculante em relação ao Conselho de Autorregulação e ao Diretor de Autorregulação.</p> <p>O enunciado de súmula indicará a tese aprovada, a situação a que se aplica, as circunstâncias fáticas dos precedentes julgados pelo Conselho de Autorregulação que motivaram a sua edição, os fundamentos determinantes e os dispositivos normativos relacionados.</p>
Supervisionado	Pessoa física ou jurídica submetida às atividades de orientação, supervisão, fiscalização e <i>Enforcement</i> exercidas pela BSM.
Supervisionar	Atividade da BSM de verificar as operações executadas e registradas nos mercados organizados administrados pela B3 com o intuito de identificar situações atípicas com indícios de irregularidades, quebra de regras ou padrões operacionais.

Suspensão	Penalidade aplicável pela BSM aos Defendentes, prevista no Regulamento Processual da BSM.
Swing Trade	Estratégia de investimento que visa a lucrar com oscilações de preços de ativos ao longo de dias ou semanas. Essa abordagem permite que o investidor realize análises detalhadas, a manutenção de posições por períodos mais longos, capturando tendências de valorização ou desvalorização e reduzindo os efeitos da volatilidade do mercado.
Tema Repetitivo	Enunciado que contém entendimento pacificado do Diretor de Autorregulação sobre determinado tema relacionado ao MRP, após reiteradas e uniformes decisões, com efeito vinculante em relação às decisões proferidas por ele. O enunciado indicará a tese aprovada, a situação a que se aplica, as circunstâncias fáticas dos precedentes julgados pelo Diretor de Autorregulação que motivaram a sua edição, os fundamentos determinantes e os dispositivos normativos relacionados.
Termo de Acusação	Peça processual de instauração de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário e Rito Sumário, conforme descrita no Regulamento Processual da BSM.
Termo de Compromisso	Termo firmado entre a BSM e o Supervisionado, e aprovado a critério do Conselho de Autorregulação da BSM, para encerramento de investigação ou instrução de Processo

	Administrativo Disciplinar, pelo qual o Compromitente se obriga, no mínimo a cessar a prática de atividades ou atos considerados infringentes; e a corrigir as irregularidades apontadas, inclusive indenizando eventuais prejuízos. A celebração de Termo de Compromisso não importa confissão quanto à matéria de fato ou reconhecimento de ilicitude da conduta analisada.
Termo de Encerramento	Documento por meio do qual o Departamento de Autorregulação formaliza o encerramento de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da BSM, assim entendido o momento em que é verificado o trânsito em julgado de decisão proferida em Instância Recursal ou o cumprimento, pelo Defendente, das obrigações pecuniárias e/ou de fazer eventualmente assumidas em caso de celebração de Termo de Compromisso.
Termo de Quitação	Documento assinado pelo Solicitante por meio do qual reconhece o recebimento do ressarcimento indicado no Ofício de Ressarcimento no âmbito de Processo de MRP.
Trader	Subsistema administrado pela B3, integrante da Plataforma de Negociação do Balcão B3, composto pelo Módulo Voice, pelo Módulo Oferta em Tela, pelo Módulo RFQ, pelo Módulo LOVC, pelo Módulo VC e pelo Módulo Bond Call.
Trilha de Auditoria	Dado ou conjunto de dados que registra o histórico de

	eventos/ações de determinado sistema.
Turma do Conselho de Autorregulação	Instância julgadora composta por três Conselheiros, sendo obrigatoriamente dois Conselheiros Independentes e um Conselheiro Vinculado, nos termos do Regulamento Processual da BSM e das demais normas aplicáveis.
Valor Máximo de Ressarcimento	Valor máximo de ressarcimento assegurado pelo MRP aos investidores, por documento único de identificação CPF ou CNPJ, por Ocorrência.
Vice-Presidente do Conselho de Autorregulação	Conselheiro escolhido entre os membros do Conselho de Autorregulação, nos termos do Estatuto Social da BSM e do Regimento Interno do Conselho de Autorregulação, para exercício da Vice-Presidência do órgão.
Zeragem assistida (ZAS)	Zeragem de Posição realizada pelo Participante de Negociação Pleno, com base em parâmetros definidos pelo Investidor, como limites ou perdas financeiras máximas.
Zeragem concomitante	Zeragem de Posição comandada pelo Investidor é concomitante ou posterior ao comando de Liquidação Compulsória pelo departamento de risco do Participante, com a consequente abertura indevida de Posição.



Histórico de Versões

Versão	Data
V.1.0	18/02/22
V.1.1	02/06/22
V1.2	01/09/23
V.1.3	15/01/25
V.1.4	07/01/26